PODER, CAPITAL Y AUTONOMÍA

EN EL ÁMBITO INTERNACIONAL:

de la política exterior argentina
a la geopolítica global contemporánea

JAVIER FERNANDO LUCHETTI
(Organizador)

EDITORA ARTEMIS
2026

PODER, CAPITAL Y AUTONOMÍA

EN EL ÁMBITO INTERNACIONAL:

de la política exterior argentina
a la geopolítica global contemporánea

JAVIER FERNANDO LUCHETTI
(Organizador)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizador	Prof. Me. Javier Fernando Luchetti
Imagem da Capa	antishock/123RF
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha

EDITORA ARTEMIS 2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia
Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P742 Poder, capital y autonomía en el ámbito internacional [livro eletrônico] : de la política exterior Argentina a la geopolítica global contemporánea / organizador Javier Fernando Luchetti. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.
il. color.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-22-2
DOI 10.37572/EdArt_020926222

1. Relações internacionais. 2. Política externa – Argentina. I. Luchetti, Javier Fernando.

CDD 327

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EDITORA ARTEMIS
2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

La comprensión de la dinámica internacional requiere el estudio de la articulación entre las transformaciones del capitalismo y los márgenes de autonomía de los que gozan los Estados-Nación. Esta obra colectiva muestra la tensión entre condicionantes internos y externos, económicos y diplomáticos, sin ofrecer una mirada fragmentada, puesto que vincula cuestiones de política exterior argentina con debates de la economía política internacional, la geopolítica y experiencias de integración multilateral y regional.

La estructura de este libro, que revela cuestiones teóricas y empíricas, está organizada a partir de cuatro grandes ejes temáticos interconectados, que permiten al lector transitar desde la política exterior argentina, los fundamentos de la economía política internacional y algunas cuestiones diplomáticas específicas, hasta conflictos del siglo XXI.

El primer eje temático corresponde a la dimensión histórico-diplomática argentina, con artículos de María Guisande y Javier Luchetti sobre la política exterior de Arturo Frondizi, la cual estuvo condicionada por factores internos, como la democracia restringida, las amenazas militares y la inestabilidad política, y por factores externos, como la Guerra Fría, en la búsqueda de una mayor autonomía diplomática durante el siglo XX.

El segundo eje temático aborda la economía política internacional, con artículos de Catalina Poliero y Javier Luchetti sobre el origen y la evolución de las empresas transnacionales, el papel de estos actores en el sistema internacional y su influencia sobre la soberanía de los Estados-Nación.

El tercer eje, de carácter geopolítico, con artículos de Clara Vázquez y Javier Luchetti, presenta el análisis de un tema de alcance global como el conflicto palestino-israelí durante las presidencias de Barack Obama y la primera presidencia de Donald Trump, describiendo la voluntad política multilateral de Obama y contraponiéndola con el unilateralismo de Trump.

El cuarto eje, relacionado con la integración regional y el multilateralismo, comprende los artículos de Javier Luchetti sobre el Consejo de Defensa Sudamericano durante el período 2008-2012 y la Cumbre CELAC-UE de 2023, describiendo la búsqueda de autonomía estratégica regional sudamericana en materia de seguridad y la diplomacia interregional en un orden multipolar.

Mientras que los trabajos de Poliero y Luchetti analizan la internacionalización del capital y el impacto de las empresas transnacionales sobre los Estados-Nación, los estudios de Guisande y Luchetti muestran esta problemática en el siglo XX, es decir, la esperanza del gobierno desarrollista de atraer capitales internacionales para promover el crecimiento económico, preservando al mismo tiempo la autonomía nacional.

En efecto, con respecto a la autonomía regional frente a las potencias globales, los trabajos de Vázquez sobre el conflicto palestino-israelí demuestran que muchas veces no resulta posible mantenerla plenamente. Por otra parte, el análisis del Consejo de Defensa Sudamericano realizado por Luchetti constituye un ejemplo de respuesta institucional sudamericana que pretendía defender la paz y la autonomía regional en materia de defensa y seguridad frente a presiones externas.

Por último, el trabajo de Luchetti sobre la Cumbre CELAC-UE retoma una demanda histórica de la diplomacia argentina, como la recuperación de las Islas Malvinas, y aborda también los problemas derivados de la situación ucraniana, relacionándolos con los resabios de la Guerra Fría, contexto en el cual se sitúa el otro trabajo sobre Cuba de Guisande y Luchetti.

Este recorrido propuesto a los lectores, que parte de problemáticas del siglo XX y llega hasta la actualidad con temas como la autonomía y los desafíos políticos y económicos internacionales, demuestra que las intervenciones unilaterales de las potencias, la actuación de las empresas transnacionales y el complejo escenario de los foros de diálogo político continúan influyendo en la situación de los Estados-Nación, que enfrentan el desafío de equilibrar la necesidad de atraer capitales extranjeros y resolver problemas políticos internos con la construcción de proyectos autónomos de poder.

Por ello, este libro aporta una reconstrucción de procesos diplomáticos, institucionales y económicos que permiten analizar diversas temáticas vinculadas con las relaciones internacionales contemporáneas.

Javier Fernando Luchetti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

LA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA (1958-1962): CONDICIONANTES INTERNOS Y EXTERNOS

María Guisande
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262221

CAPÍTULO 2.....11

LA POLÍTICA EXTERIOR DE ARTURO FRONDIZI HACIA CUBA

María Guisande
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262222

CAPÍTULO 3.....21

LA ESCUELA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA INTERNACIONAL: EL ROL DE LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES EN EL SISTEMA INTERNACIONAL Y SUS CONSECUENCIAS EN LOS ESTADOS-NACIÓN

Catalina Poliero
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262223

CAPÍTULO 4.....32

LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES Y EL SISTEMA INTERNACIONAL: ORIGEN Y EVOLUCIÓN

Catalina Poliero
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262224

CAPÍTULO 5.....42

EL CONFLICTO PALESTINO-ISRAELÍ Y LA POLÍTICA EXTERIOR DE BARACK OBAMA

Clara Vázquez
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262225

CAPÍTULO 6 ..... **57**

EL PLAN DE PAZ DE LA ADMINISTRACIÓN TRUMP: EL ACUERDO DEL SIGLO

Clara Vázquez
Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262226

CAPÍTULO 7 ..... **79**

EL CONSEJO DE DEFENSA SUDAMERICANO Y SU PAPEL EN LA DEFENSA REGIONAL (2008-2012)

Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262227

CAPÍTULO 8 ..... **95**

LA III CUMBRE CELAC-UE (2023): MALVINAS Y UCRANIA, DOS TEMAS CENTRALES DE AGENDA

Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262228

SOBRE LOS AUTORES **110**

ÍNDICE REMISSIVO **111**

CAPÍTULO 5

EL CONFLICTO PALESTINO-ISRAELÍ Y LA POLÍTICA EXTERIOR DE BARACK OBAMA

Data de submissão: 10/08/2026
Data de aceite: 26/08/2026

Lic. Clara Vázquez
Lic. por la Facultad de Ciencias Humanas
Universidad Nacional del Centro
de la Provincia de Buenos Aires, Argentina

Mag. Javier Fernando Luchetti
Facultad de Ciencias Humanas
Universidad Nacional del Centro
de la Provincia de Buenos Aires, Argentina

RESUMEN: El texto analiza la política exterior de Barack Obama (2009-2017) respecto al conflicto palestino-israelí. En sus inicios, Obama buscó distanciar su administración del unilateralismo de George W. Bush y mejorar las relaciones con el mundo islámico a través del diálogo y la diplomacia multilateral, como lo evidenció en su discurso de El Cairo de 2009. Promovió la solución de dos Estados basándose en las fronteras de 1967 e instó a Israel a congelar la expansión de los asentamientos en territorios ocupados. Sin embargo, el mandatario tuvo que equilibrar su idealismo inicial con las exigencias de seguridad nacional, las presiones de actores internos y aliados, y eventos imprevistos como la Primavera Árabe y enfrentamientos armados entre Israel y Hamas. A pesar de iniciativas como la mediación diplomática o la abstención histórica en la Resolución 2334 del Consejo de Seguridad de la ONU en 2016 – que condenaba las colonias israelíes –, la política efectiva de Estados Unidos perpetuó la asistencia militar hacia Israel. Las divisiones internas palestinas y el peso histórico del apoyo de Washington a Israel impidieron lograr avances sustanciales hacia una paz duradera, evidenciando la brecha entre el discurso conciliador de Obama y los resultados de su gestión.
PALABRAS CLAVE: Barack Obama; conflicto palestino-israelí; política exterior.

THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT AND BARACK OBAMA'S FOREIGN POLICY

ABSTRACT: This text analyzes Barack Obama's foreign policy (2009–2017) regarding the Israeli-Palestinian conflict. Initially, Obama sought to distance his administration from George W. Bush's unilateralism and to improve relations with the Islamic world through dialogue and multilateral diplomacy, as demonstrated in his 2009 Cairo speech. He advocated for a two-state solution based on the 1967 borders and urged Israel to freeze settlement expansion in the occupied territories. However, the president had to balance his initial idealism against national security imperatives, pressure from domestic actors and allies, and unforeseen events such as the Arab Spring and armed clashes between

Israel and Hamas. Despite initiatives like diplomatic mediation and the historic abstention on UN Security Council Resolution 2334 in 2016 – which condemned Israeli settlements – actual U.S. policy continued to provide military aid to Israel. Internal Palestinian divisions and the historical weight of Washington's support for Israel prevented substantial progress toward lasting peace, highlighting the gap between Obama's conciliatory rhetoric and the actual outcomes of his administration.
KEYWORDS: Barack Obama; israeli-palestinian conflict; foreign policy.

1. INTRODUCCIÓN

A lo largo de décadas, las sucesivas administraciones gubernamentales de los Estados Unidos han sostenido una posición de notoria consistencia con respecto al conflicto que prevalece en la región de Oriente Medio. En este contexto, han abogado enérgicamente por la consecución de la creación de un Estado palestino mediante el empleo de un enfoque basado en principios fundamentales. Dichos principios engloban la instauración de una solución de dos Estados, delineada por las fronteras establecidas en el año 1967, así como la posibilidad de realizar intercambios de tierras bajo un acuerdo mutuo. Asimismo, han promovido una resolución para la cuestión de los refugiados palestinos y han participado en negociaciones orientadas a resolver la problemática relacionada con el estatus de Jerusalén, cuya parte oriental, ocupada por Israel, es reivindicada por los palestinos como su capital.

Siguiendo esta línea, la política exterior de Washington siempre se ha volcado a favor de Israel, brindando no solo ayuda económica sino también protección diplomática y militar. Los Estados Unidos han apoyado continuamente a Israel en las Naciones Unidas, aún a pesar de los asentamientos en Cisjordania y el bombardeo regular a la Franja de Gaza. Como afirma Aguirre (2015, p. 22) "el apoyo de Estados Unidos permite a Israel una gran impunidad para violar las resoluciones de Naciones Unidas o el Derecho Internacional Humanitario sin temor a sanciones".

El primer objetivo de la política exterior de los Estados Unidos bajo la presidencia de Barack Obama (2009-2017), ha sido distanciarse de la política practicada durante la administración de su predecesor, George W. Bush (2001-2009). Obama buscó regenerar la imagen de Estados Unidos tanto a nivel nacional como internacional. Su enfoque consistió en establecer una visión renovada de Estados Unidos que se alejara de la percepción negativa de conflictos, guerras, crisis económica, unilateralismo e imposición imperial asociada a la presidencia de Bush. Siguiendo a Rupérez (2013, p. 41), "frente a la América antipática del segundo Bush la presidencia Obama deseaba asentar la imagen, y eventualmente la realidad, de una potencia amable, multilateral, colaboradora,

dispuesta a entablar diálogo con amigos y adversarios, pacifista y constructiva, de la que nada habría que temer".

Es entonces que la llegada al poder de Obama fue recibida con aprobación internacional y sus intenciones coincidían con este mensaje. La invasión (2003) y la guerra en Irak, así como otros conflictos internacionales, fueron vistos como problemas a superar mediante un nuevo enfoque basado en el diálogo. Siguiendo esta línea, uno de los aspectos clave de la política exterior de Obama fue su esfuerzo por mejorar las relaciones con el mundo musulmán.

Por otra parte, buscó ajustar y alejarse del término "guerra contra el terrorismo" empleado por Bush después de los ataques del 11 de septiembre de 2001. A pesar de estos cambios y del enfoque de distanciamiento, la política exterior de Obama se encontró con desafíos inesperados, como la serie de levantamientos conocidos como la "primavera árabe" en Medio Oriente y el Norte de África.

Estos eventos llevaron a la política exterior de Estados Unidos a parecerse en ciertos aspectos a la que George W. Bush había defendido y practicado. A pesar de la popularidad internacional de Obama, su política exterior se asemejó en algunos puntos a la del establishment internacional estadounidense, que históricamente ha buscado promover los intereses de seguridad nacionales y la estabilidad global. Tal como lo describe Rupérez (2013, p. 42): "Obama hizo de su oposición a la guerra en Irak uno de los puntos principales de su agenda personal y política desde los tiempos en que era todavía un senador estatal en Illinois".

El objetivo del siguiente trabajo es describir brevemente la política exterior de Barack Obama, quien asumió en medio de un conflicto prolongado entre Israel y la Autoridad Nacional Palestina, y se enfrentó a grandes desafíos para tratar de lograr una solución pacífica y duradera. Si bien durante sus mandatos el presidente norteamericano buscó mantener una política de equilibrio entre el apoyo a Israel un aliado clave de Estados Unidos en la región, y los intereses del pueblo palestino, tratando de acercar las posturas entre ambas partes a partir del diálogo para la solución del conflicto, por otro lado, demostró su parcialidad a favor de Israel mediante el apoyo económico y la venta de material militar.

2. OBAMA Y EL CONFLICTO PALESTINO-ISRAELÍ: LA PRIMERA PRESIDENCIA

Cuando Barack Obama asume la presidencia en enero del 2009, las tensiones entre la Autoridad Nacional Palestina (ANP) y el estado de Israel eran altas, por ello desde el comienzo manifestó su compromiso para solucionar las disputas entre estos

actores a partir de la intención que entre ellos existiera paz, confianza y seguridad. Por ello en su famoso discurso en El Cairo en junio del 2009, el presidente norteamericano destacó la importancia de detener la construcción de asentamientos israelíes en los territorios ocupados de Cisjordania, instando a las partes a buscar una paz duradera. La administración norteamericana presionó a Israel para que congelara la expansión de los asentamientos, lo que produjo que el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, a fines de ese año anunciara que establecía una moratoria parcial por diez meses.

Sin embargo, uno de los momentos más desafiantes para Obama fue cuando recibió el Premio Nobel de la Paz en 2009. La concesión del premio fue un reconocimiento a sus esfuerzos por fortalecer la diplomacia internacional y la cooperación entre naciones, así como por su enfoque en la paz. Sin embargo, recién había comenzado a implementar sus políticas pacificadoras y renovadoras cuando recibió el premio, lo que creó un dilema entre las expectativas del premio y la realidad de su papel como presidente y comandante en jefe de las fuerzas armadas de Estados Unidos:

> El 10 de diciembre de 2009, en el discurso de aceptación del premio Obama se muestra, como por otra parte era obligado, agradecido, sorprendido y humilde para sin solución de continuidad recordar que es el comandante en jefe de las fuerzas armadas de un país con dos guerras en curso, en donde sus soldados «matan y mueren», y que como tal su obligación, a la que está obligado bajo juramento, es la de «proteger y defender mi nación» para lo cual no puede guiarse exclusivamente por los ejemplos de la no violencia predicados por Gandhi y Martin Luther King. Porque «miro al mundo tal cual es y no puedo permanecer inmóvil ante las amenazas que acechan al pueblo americano» (ibidem, p. 43).

En este contexto, Obama se vio obligado a construir una narrativa de política exterior que equilibrara su idealismo inicial con consideraciones sobre la paz y la guerra, la estabilidad mundial, los derechos humanos y la responsabilidad de proteger y defender a su Estado. A pesar de su deseo de promover la paz y el cambio, reconoció las complejidades inherentes a su papel como líder en un mundo en el que la fuerza a veces era inevitable para preservar los valores y la seguridad de Estados Unidos. La presidencia de Barack Obama representó una re-dirección en la política exterior de Estados Unidos, tal como lo describe Rupérez:

> Aunque sus pautas no hayan sido siempre las seguidas por su inspirador y sus colaboradores, la literalidad de su texto fue saludada con casi idéntico entusiasmo por las izquierdas y por las derechas americanas y mundiales. Señal de que, para estos, los conservadores, las cosas no habían cambiado tanto como al principio pensaron o temieron. Y señal para aquellos, los progresistas de toda laña, de que la esperanza no estaba del todo perdida (ibidem, p. 44).

En consecuencia, podemos afirmar que la presidencia de Barack Obama marcó un cambio en la política exterior de Estados Unidos, caracterizado por su deseo de

distanciarse de la política practicada durante la administración de Bush. Obama buscó establecer una visión renovada de América, una potencia amable, con compromiso de poner fin a la guerra en Irak y retirar las tropas estadounidenses. En este contexto, el ex presidente se vio obligado a equilibrar su idealismo inicial con consideraciones sobre la paz y la guerra, la estabilidad mundial, los derechos humanos y la responsabilidad de proteger a su nación.

Un ejemplo significativo de lo expuesto han sido los discursos de Barack Obama, como el que pronunció en la Universidad de El Cairo en junio de 2009. En este discurso, el ex presidente adoptó un tono conciliador y buscó mejorar las relaciones entre Estados Unidos y el mundo islámico. A pesar de que algunos críticos consideraron que el discurso era excesivamente benevolente, Obama enfatizó la importancia de la diplomacia y la cooperación internacional, aludiendo a malentendidos previos entre Estados Unidos y el mundo musulmán debido a la invasión de Irak. No obstante, aunque el discurso recibió elogios, no logró cambiar significativamente las percepciones públicas en los países musulmanes hacia Estados Unidos (Rupérez, 2013). En ese discurso, Obama señalaba que

> He venido aquí a buscar un nuevo comienzo para Estados Unidos y musulmanes alrededor del mundo, que se base en intereses mutuos y el respeto mutuo; y que se base en el hecho de que Estados Unidos y el Islam no se excluyen mutuamente y no es necesario que compitan. Por el contrario: coinciden en parte y tienen principios comunes, principios de justicia, progreso, tolerancia y el respeto por la dignidad de todos los seres humanos. Lo hago sabiendo que el cambio no puede suceder de la noche a la mañana. Ningún discurso por su cuenta puede acabar con años de desconfianza, ni puedo en el tiempo que tengo contestar todas las preguntas complejas que nos han traído a este momento. Pero estoy convencido que para progresar, debemos decir abiertamente lo que pensamos, y demasiadas veces, eso se dice solamente detrás de puertas cerradas. Debe haber un esfuerzo sostenido de escucharnos unos a los otros, de aprender unos de otros; de respetarnos unos a los otros, y de buscar terreno común. Como nos dice el Sagrado Corán, «Tengan conciencia de Dios y digan siempre la verdad» (Obama, 2009, p. 110).

Según el presidente norteamericano, el país tenía que lidiar "contra los estereotipos negativos del Islam dondequiera que surjan":

> Pero ese mismo principio debe aplicarse a la percepción musulmana de Estados Unidos. Así como los musulmanes no encajan en un estereotipo burdo, Estados Unidos no en-caja en el estereotipo burdo de un imperio que se preocupa solo de sus intereses. Los Estados Unidos ha sido una de las mayores fuentes del progreso que el mundo jamás haya conocido. Nacimos de una revolución contra un imperio. Fue fundado en base al ideal de que todos somos creados iguales, y hemos derramado sangre y luchado durante siglos para darles vida a esas palabras, dentro de nuestras fronteras y alrededor del mundo (ibidem, p. 112).

De todos modos, Obama (ibidem, p. 113) aclaró que lucharía contra "los extremistas violentos que representan una grave amenaza para nuestra seguridad, por-que rechazamos lo mismo que rechaza la gente de todos los credos: el asesinato de hombres, mujeres y niños inocentes". Obama (ibidem, p 116), defendió las relaciones de su país con Israel: "Este vínculo es inquebrantable. Se basa en lazos culturales e históricos, y el reconocimiento de que el anhelo de un territorio judío está arraigado en una historia trágica que no se puede negar", aunque paralelamente criticó la situación de los palestinos:

> Por otro lado, también es innegable que el pueblo palestino –musulmanes y cristianos– también ha sufrido en la lucha por una patria. Durante más de sesenta años, han padecido el dolor del desplazamiento. Muchos esperan, en campamentos para refugiados en la Ribera Occidental, Gaza y tierras aledañas, una vida de paz y seguridad que nunca han tenido. Soportan las humillaciones diarias, grandes y pequeñas, que surgen de la ocupación. Entonces, que no quepa duda alguna: la situación para el pueblo palestino es intolerable. Estados Unidos no les dará la espalda a las aspiraciones legítimas de los palestinos de dignidad, oportunidades y un estado propio.
> Durante décadas, el conflicto se ha quedado en tablas: dos pueblos con aspiraciones legítimas, cada uno con una dolorosa historia que hace difícil llegar a un acuerdo. Es fácil asignar la culpa, para los palestinos culpar el desplazamiento a raíz de la fundación de Israel, y para los israelíes culpar la hostilidad constante y los ataques llevados a cabo durante toda su historia por dentro y fuera de sus fronteras. Pero si vemos este conflicto solamente de un lado o del otro, entonces no podemos ver la verdad: la única resolución es que las aspiraciones de ambos lados las satisfagan dos estados, donde los israelíes y los palestinos tengan paz y seguridad (ibidem, pp. 116-117).

Para el presidente estadounidense, "los palestinos deben abandonar la violencia. La resistencia por medio de violencia y asesinatos está mal y no resulta exitosa", para ello, la Autoridad Nacional Palestina debía "desarrollar su capacidad de gobernar, con instituciones que satisfagan las necesidades de su pueblo", al mismo tiempo que "Hamas debe poner fin a la violencia, reconocer acuerdos pasados, y reconocer el derecho de Israel a existir" (ibidem, p. 117).

Igualmente, los israelíes debían distinguir "que así como no se puede negar el derecho de Israel a existir, tampoco se puede negar el de Palestina. Estados Unidos no acepta la legitimidad de más asentamientos israelíes. Dicha construcción viola acuerdos previos y menoscaba los esfuerzos por lograr la paz. Es hora de que cesen dichos asentamientos" (ibidem, p. 118). Estados Unidos le exigía a Israel que se asegurara que los palestinos pudieran trabajar y vivir en paz, para beneficio del propio Israel. Otro discurso relevante en la política exterior de Obama fue el pronunciado en Praga en 2009, poco después de asumir la presidencia. Este discurso, según Rupérez,

> alberga dos puntos de interés que merecen recordatorio. El primero es la repetida alusión a la OTAN como alianza indispensable tanto en los tiempos de la guerra fría como en los actuales. Naturalmente el contexto es de la liberada

> Europa Oriental, que tras soportar la dictadura del totalitarismo comunista se ve ahora plenamente integrada en las estructuras del mundo occidental. Y el subrayado de la Alianza tiene mucho que ver con el papel desarrollado por la misma en Afganistán, que por razones evidentes ocupa y preocupa al presidente de los Estados Unidos. Pero esta es una de las pocas veces en que la mención de la OTAN ocupa papel protagonista en la explicación presidencial (Rupérez, 2013, p. 45).

Durante su primer gobierno, Obama eligió como secretaria de estado a Hillary Clinton, quien poseía fuertes relaciones con Israel, aunque también nombró como enviado especial para la paz en Medio Oriente al ex líder de la mayoría en el senado, George Mitchell, un demócrata de origen árabe. Se procuró que tanto el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, como el presidente de la Autoridad Nacional Palestina, Mahmoud Abbas se reunieran a negociar la paz junto con la participación de países árabes. A los palestinos se les pidió que lucharan contra el terrorismo, a los países árabes que normalizaran sus relaciones diplomáticas con Israel, y a este país que suspendiera la política de asentamientos en Jerusalén este y Cisjordania. Finalmente, las negociaciones fracasaron porque los países árabes no entablaron negociaciones diplomáticas, los palestinos no pudieron combatir al terrorismo, y los israelíes autorizaron la construcción de viviendas en Jerusalén.

En mayo del 2010, la administración Obama emitió el documento National Security Strategy, NSS, algo habitual en los gobiernos norteamericanos en donde se brinda información sobre lo que concierne en el futuro en cuanto a seguridad nacional y política exterior. En el mismo se señalaba que los israelíes son sus amigos tradicionales, pero que los palestinos tienen legítimas aspiraciones para constituir un estado nacional (National Security Strategy, 2010, p. 24):

> The United States has important interests in the greater Middle East. They include broad cooperation on a wide range of issues with our close friend, Israel, and an unshakable commitment to its security; the achievement of the Palestinian people's legitimate aspirations for statehood, opportunity, and the realization of their extraordinary potential; the unity and security of Iraq and the fostering of its democracy and reintegration into the region; the transformation of Iranian policy away from its pursuit of nuclear weapons, support for terrorism, and threats against its neighbors; nonproliferation; and counterterrorism cooperation, access to energy, and integration of the region into global markets (National Security Strategy, 2010, p. 24) [1].

[1] Estados Unidos tiene importantes intereses en el gran Medio Oriente. Incluyen una amplia cooperación en una amplia gama de cuestiones con nuestro amigo cercano, Israel, y un compromiso inquebrantable con su seguridad; el logro de las legítimas aspiraciones del pueblo palestino de tener un Estado, oportunidades y la realización de su extraordinario potencial; la unidad y seguridad de Irak y el fomento de su democracia y reintegración a la región; la transformación de la política iraní lejos de su búsqueda de armas nucleares, su apoyo al terrorismo y las amenazas contra sus vecinos; la no proliferación; y cooperación antiterrorista, acceso a la energía e integración de la región a los mercados globales.

La administración buscaba una paz entre árabes, palestinos e israelíes. Además, Estados Unidos seguiría buscando soluciones diplomáticas para resolver este problema mediante la política de los dos estados y la consolidación de las instituciones palestinas:

> The United States, Israel, the Palestinians, and the Arab States have an interest in a peaceful resolution of the Arab-Israeli conflict – one in which the legitimate aspirations of Israelis and Palestinians for security and dignity are realized, and Israel achieves a secure and lasting peace with all of its neighbors.
> The United States seeks two states living side by side in peace and security – a Jewish state of Israel, with true security, acceptance, and rights for all Israelis; and a viable, independent Palestine with contiguous territory that ends the occupation that began in 1967 and realizes the potential of the Palestinian people. We will continue to work regionally and with like-minded partners in order to advance negotiations that address the permanent-status issues: security for Israelis and Palestinians; borders, refugees, and Jerusalem. We also seek international support to build the institutions upon which a Palestinian state will depend, while supporting economic development that can bring opportunity to its people.
> Any Arab-Israeli peace will only be lasting if harmful regional interference ends and constructive regional support deepens. As we pursue peace between Israelis and Palestinians, we will also pursue peace between Israel and Lebanon, Israel and Syria, and a broader peace between Israel and its neighbors. We will pursue regional initiatives with multilateral participation, alongside bilateral negotiations (ibidem, p. 26)[2].

El documento reafirma la tesis de los dos estados defendiendo la cooperación con los musulmanes en asuntos políticos y de seguridad en todo el mundo:

> We will be unwavering in our pursuit of a comprehensive peace between Israel and its neighbors, including a two-state solution that ensures Israel's security, while fulfilling the Palestinian peoples' legitimate aspirations for a viable state of their own. And our broader engagement with Muslim communities around the world will spur progress on critical political and security matters, while advancing partnerships on a broad range of issues based upon mutual interests and mutual respect (ibidem, p. 4)[3].

[2] Estados Unidos, Israel, los palestinos y los Estados árabes tienen interés en una resolución pacífica del conflicto árabe-israelí, una solución en la que se realicen las aspiraciones legítimas de israelíes y palestinos a la seguridad y la dignidad, y en la que Israel logre una solución segura y una paz duradera con todos sus vecinos.
Estados Unidos busca dos Estados que vivan uno al lado del otro en paz y seguridad: un Estado judío de Israel, con verdadera seguridad, aceptación y derechos para todos los israelíes; y una Palestina viable e independiente con territorio contiguo que ponga fin a la ocupación que comenzó en 1967 y haga realidad el potencial del pueblo palestino. Continuaremos trabajando regionalmente y con socios de ideas afines para avanzar en negociaciones que aborden las cuestiones del estatus permanente: seguridad para israelíes y palestinos; fronteras, refugiados y Jerusalén. También buscamos apoyo internacional para construir las instituciones de las que dependerá un Estado palestino, al mismo tiempo que apoyamos el desarrollo económico que pueda brindar oportunidades a su pueblo.
Cualquier paz árabe-israelí sólo será duradera si termina la interferencia regional dañina y se profundiza el apoyo regional constructivo. Mientras buscamos la paz entre israelíes y palestinos, también buscaremos la paz entre Israel y el Líbano, Israel y Siria, y una paz más amplia entre Israel y sus vecinos. Seguiremos iniciativas regionales con participación multilateral, junto con negociaciones bilaterales.

[3] Seremos inquebrantables en nuestra búsqueda de una paz integral entre Israel y sus vecinos, incluida una solución de dos Estados que garantice la seguridad de Israel y, al mismo tiempo, cumpla con las aspiraciones legítimas del pueblo palestino de tener un Estado propio viable. Y nuestro compromiso más amplio con las comunidades musulmanas de todo el mundo estimulará el progreso en cuestiones políticas y de seguridad críticas, al tiempo que promoverá asociaciones en una amplia gama de cuestiones basadas en intereses y respeto mutuos.

Asimismo, la llegada de la Primavera Árabe presentó un desafío para Estados Unidos, porque la gestión Obama buscó reconfigurar su presencia y dominio en la región, pero las revueltas árabes generaron consecuencias impredecibles. Es decir, "no fue fácil para Obama en febrero de 2011, y cuando las manifestaciones populares de la plaza Tahrir en el Cairo eran ya muestras incontrovertibles de la fragilidad del régimen, llamar a Mubarak y urgirle a la retirada" (Rupérez, 2013, p. 45). Este suceso reflejó las tensiones entre los principios y la realidad en la política exterior estadounidense.

Obama propuso la creación de un Estado palestino y tomar las fronteras de 1967 (con modificaciones para que Israel incluyese grandes asentamientos en su territorio) de acuerdo con la Resolución 242 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, y dejando de lado las discusiones sobre Jerusalén y los refugiados palestinos. Aun así, según Aguirre (2015, p. 22), "recibió una dura presión y desafíos por parte del gobierno israelí, el Partido Republicano, parte del Partido Demócrata, algunos miembros de su propio equipo (como el diplomático Dennis Ross que combatió al prestigioso senador George Mitchell, que era rechazado por Israel, hasta llevarlo a la renuncia), y el denominado lobby judío liderado por el Comité de Asuntos Públicos Israelí Americano (AIPAC)".

En sus presidencias, Obama enfrentó una serie desafíos como la división política entre la Autoridad Nacional Palestina y los militantes de Hamas, que controlaban la franja de Gaza. Entre 2012 y 2014 por ejemplo, se produjeron conflictos armados significativos entre Israel y Hamás, que resultaron en numerosas bajas civiles y destrucción en Gaza. La administración Obama trabajó para mediar en los ceses al fuego, con el secretario de Estado, John Kerry, desempeñando un papel activo en las negociaciones.

Se esperaba el acompañamiento de los países árabes en la cuestión israelí-palestino puesto que Irán había apoyado a un aliado regional como el grupo Hamas. A su vez se sabía que los israelíes pedían el reconocimiento internacional de su Estado y que Jerusalén fuese su capital. Para los palestinos la capital debía ser Jerusalén este y los refugiados debían volver a Palestina. Sin embargo, esas negociaciones también fracasaron por la falta de cumplimiento de todas las partes involucradas.

Israel, por su parte, siempre ha manifestado una marcada reticencia a ceder en relación a sus avances territoriales en Cisjordania y Jerusalén oriental, considerando estos asuntos como pilares fundamentales de su estrategia gubernamental bajo el liderazgo de Benjamín Netanyahu. En este contexto, es relevante destacar que las iniciativas provenientes de Washington que buscaban promover un congelamiento en la construcción de colonias, no habían sido recibidas con beneplácito por parte de las autoridades israelíes.

Un ejemplo ilustrativo de esta discordancia entre las perspectivas de Estados Unidos y las posiciones israelíes se materializó durante la visita del vicepresidente Joe Biden a Israel en 2010, momento en el cual el gobierno israelí anunció su intención de construir 1.600 viviendas adicionales en Jerusalén oriental. Estos acontecimientos no sólo reflejaron la falta de sintonía en las relaciones bilaterales, sino que también contribuyeron al fracaso de las negociaciones entre ambas partes en ese mismo año. A medida que avanzó el año 2011, las perspectivas de éxito en las conversaciones se desvanecieron aún más.

3. OBAMA Y EL CONFLICTO PALESTINO-ISRAELÍ: LA SEGUNDA PRESIDENCIA

En el segundo documento sobre la Estrategia de Seguridad Nacional del 2015, la administración Obama volvió a mencionar la problemática entre ambos pueblos, pero las referencias fueron menores que cinco años antes (National Security Strategy, 2015, p. 26): "We remain committed to ending the Israeli-Palestinian conflict through a two-state solution that ensures Israel's security and Palestine's viability"[4], y en el caso del estado de Israel, se lo menciona como socio estratégico en la región (ibidem, p. 6): "And our allies and partners in other regions, including our security partnership and people-to-people ties with Israel, are essential to advancing our interests"[5].

Para combatir el terrorismo, Estados Unidos ayudaba a Israel porque de esa forma ambos países reforzaban la seguridad (ibidem, p. 26): "We are therefore investing in the ability of Israel, Jordan, and our Gulf partners to deter aggression while maintaining our unwavering commitment to Israel's security, including its Qualitative Military Edge"[6]. A pesar de la ayuda norteamericana, la relación entre el presidente Barack Obama y el primer ministro israelí Benjamín Netanyahu, ha sido penosa provocando en parte el fracaso de la administración norteamericana en conseguir solucionar el problema:

> Las diferencias entre ambas estrategias y el peso en una y otra de las referencias al conflicto entre Israel y Palestina no son casuales: reflejan la disparidad entre la ilusión que Obama despertó con su discurso en El Cairo y sus logros en Oriente Próximo durante sus dos mandatos, ocho años en los que no pudo cumplir las promesas planteadas en Egipto. Efectivamente, Obama llegó a la Casa Blanca el 20 de enero de 2009 con la expectativa de convertirse en el presidente de EE UU que iba a defender el derecho de los palestinos a un Estado propio e independiente con más intensidad y pasión de las que jamás

[4] Seguimos comprometidos a poner fin al conflicto palestino-israelí mediante una solución de dos Estados que garantice la seguridad de Israel y la viabilidad de Palestina.

[5] Y nuestros aliados y socios en otras regiones, incluida nuestra asociación de seguridad y nuestros vínculos entre pueblos con Israel, son esenciales para promover nuestros intereses.

[6] Por lo tanto, estamos invirtiendo en la capacidad de Israel, Jordania y nuestros socios del Golfo para disuadir la agresión mientras mantenemos nuestro compromiso inquebrantable con la seguridad de Israel, incluida su ventaja militar cualitativa.

> nunca antes un mandatario norteamericano hubiera dedicado a la resolución del conflicto en Oriente Próximo. Sin embargo, como sus predecesores en el cargo, la política de EE UU bajo los dos mandatos de Obama favoreció a Israel, a quien siempre Washington ha reconocido como socio preferente. Sin abandonar el objetivo formal de alcanzar una solución negociada de dos Estados, el Ejecutivo de Obama no impidió que Israel continuara con la expansión ilegal de sus asentamientos en Cisjordania, permitió que se perpetuara la impunidad de Israel en los foros internacionales, no presionó al Estado hebreo para levantar o al menos aliviar el bloqueo de la franja de Gaza y proporcionó al Ejército israelí una ayuda económica sin precedentes en Estados Unidos. Y todo ello, pese a la atroz relación que mantuvo durante sus dos mandatos con el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, que regresó al frente del Gobierno de Israel en marzo de 2009, tan solo dos meses después de que Obama tomara posesión de su cargo (Rodríguez Blanco, 2018, p. 212).

Uno de los puntos culminantes y controvertidos de la política de Obama hacia Israel y Palestina fue la decisión de abstenerse en una votación del Consejo de Seguridad de la ONU en diciembre de 2016, puesto que esa resolución condenaba los asentamientos israelíes en los territorios ocupados como una violación del derecho internacional.

> 1. Reafirma que el establecimiento de asentamientos por parte de Israel en el territorio palestino ocupado desde 1967, incluida Jerusalén Oriental, no tiene validez legal y constituye una flagrante violación del derecho internacional y un obstáculo importante para el logro de la solución biestatal y de una paz general, justa y duradera;
> 2. Reitera su exigencia de que Israel ponga fin de inmediato y por completo a todas las actividades de asentamiento en el territorio palestino ocupado, incluida Jerusalén Oriental, y que respete plenamente todas sus obligaciones jurídicas a ese respecto (...)
> 4. Destaca que la cesación completa de todas las actividades israelíes de asentamiento es fundamental para salvaguardar la solución biestatal, y pide que se adopten de inmediato medidas positivas para invertir las tendencias negativas sobre el terreno que están haciendo peligrar la solución biestatal (...)
> 7. Exhorta a ambas partes a que actúen de conformidad con el derecho internacional, incluido el derecho internacional humanitario, y sus acuerdos y obligaciones anteriores, a que demuestren serenidad y contención, y a que se abstengan de realizar actos de provocación e incitación y de hacer declaraciones que enardezcan los ánimos, con el fin de, entre otras cosas, distender la situación sobre el terreno, restablecer la confianza, demostrando mediante políticas y medidas un compromiso genuino con la solución biestatal, y crear las condiciones necesarias para promover la paz (Resolución 2334, 2016).

Al no vetar la resolución, Estados Unidos permitió que se adoptara, lo que fue visto como una crítica implícita a la política de asentamientos de Israel. Esta decisión fue recibida con elogios por quienes abogaban por una solución de dos estados, pero también generó fuertes críticas de Israel y sus partidarios en Estados Unidos. Sin embargo, Obama fortaleció la seguridad de Israel cuando en el 2016, firmó un acuerdo de asistencia militar por más de 38.000 millones de dólares a lo largo de 10 años, lo que marcó el compromiso norteamericano con la seguridad israelí, a pesar de las diferencias políticas:

> Entre 2009 y 2016, Estados Unidos ha realizado de forma regular ejercicios conjuntos con las Fuerzas de Defensa de Israel y le ha proporcionado 23.000 millones de dólares en ayuda militar, en cumplimiento del compromiso que alcanzó el antecesor de Obama, George W. Bush, de conceder a Israel 3.000 millones de dólares anuales en concepto de ayuda militar. Obama también presionó para lograr una ayuda extra de 225 millones de dólares con el objetivo de apoyar a Israel en el despliegue de su sistema de defensa antimisiles Iron Dome, un proyecto en el que EE UU invirtió un total de 1.300 millones de dólares entre 2011 y 2016, según los datos del National Jewish Democratic Council (Consejo Nacional Judío Democrático) (Rodríguez Blanco, 2018, pp. 217-218).

Durante las presidencias de Obama, "sus dos secretarios de Estado, primero Hilary Clinton, más tarde John Kerry, se postularon para dar la oportunidad a israelíes y palestinos moderados de alcanzar un acuerdo final que garantizara la creación de un Estado palestino soberano". No obstante "todo ello resultó en vano dada la tendencia ideológica en el parlamento israelí y la competencia islamista que encaraba la Autoridad Nacional Palestina en el frente político" (Morillo Llovo, 2017, p. 483). Esta postura adoptada por el gobierno de Obama se cristalizó con la abstención del veto a la Resolución 2334:

> Podría decirse que esta tradición fue indeclinable desde la década de 1970, cuando Estados Unidos empleó su derecho al veto por primera vez el 23 de diciembre de 2016, cuando el gobierno del saliente Presidente Barack Obama se abstuvo de vetar la Resolución 2344. En concreto, este documento condenó la política de expansión de asentamientos israelíes en los Territorios Ocupados y en Jerusalén Este, urgiendo su congelamiento y desmantelamiento completo e inmediato (Rullansky, 2017, p. 2).

Es decir, las presidencias de Obama buscaron un equilibrio entre la diplomacia y la presión en el conflicto entre israelíes y palestinos, manifestándose momentos de tensión entre ambos países. A pesar de los esfuerzos, al final de su mandato, no se había logrado un avance significativo para una solución pacífica de los problemas en la zona. En resumen, los discursos y la política exterior de Obama reflejaron su búsqueda de la diplomacia y la cooperación internacional, pero también destacaron las tensiones entre los principios y la realidad de la política exterior estadounidense.

A pesar de sus esfuerzos por lograr la resolución pacífica del conflicto en Medio Oriente, los resultados fueron escasos quedando además demostrada, la parcialidad hacia el estado de Israel. La presidencia de Obama representó un intento de reorientar la política exterior de Estados Unidos hacia un enfoque más diplomático y cooperativo, pero también ilustró las complejidades y desafíos inherentes a la toma de decisiones en el ámbito internacional.

Por último, cada cambio de liderazgo en la Casa Blanca conlleva la revisión y adaptación de políticas y estrategias que afectan no solo a los ciudadanos estadounidenses, sino también al escenario geopolítico global. Uno de los momentos más destacados

en este proceso fue el paso de la presidencia de Barack Obama a Donald Trump. Este cambio adquirió una importancia particular debido al papel crucial que Estados Unidos desempeña en el ámbito internacional y, más específicamente, en su rol de mediador en el conflicto palestino-israelí.

No obstante, la llegada de Donald J. Trump al poder significó un re direccionamiento de la política exterior de los Estados Unidos con respecto al conflicto, a través de un estrechamiento de las relaciones con Israel. Si bien tanto Obama como Trump priorizaron su relación con Israel frente a los palestinos; la política del primero no ha invalidado el papel mediador de Washington, y ha intentado otorgarle protagonismo y mayor relevancia al reclamo palestino en las negociaciones. Pero en cambio, la forma de abordar el conflicto de la Administración Trump no sólo ha sido opuesta, sino que ha dinamitado el papel mediador de Washington para los palestinos, logrando profundizar aún más el conflicto.

4. COMENTARIOS FINALES

Históricamente, en la política estadounidense en Medio Oriente, se destacan dos elementos fundamentales: el compromiso estratégico de apoyo a Israel y la construcción de alianzas con regímenes árabes, especialmente las monarquías del Golfo, en las últimas décadas a partir del objetivo en común de frenar la influencia iraní en la región. En ese sentido, la constante influencia del lobby proisraelí ha sido esencial para justificar acciones en nombre de la seguridad nacional estadounidense, destacando el compromiso continuo con la superioridad militar de Israel sobre sus vecinos árabes.

La política exterior de Barack Obama hacia el conflicto entre Israel y Palestina estuvo marcada por intentos de mediación y presión diplomática, un enfoque en la seguridad de Israel y un compromiso con una solución de dos estados. A pesar de sus esfuerzos, las profundas divisiones políticas y los conflictos recurrentes impidieron un progreso significativo durante su presidencia. Washington intentó presionar a través de medidas de soft power, las cuales no encontraron más que respuestas negativas, sin embargo, las políticas de Obama apoyando los derechos de los palestinos, no tuvieron consecuencias palpables para los palestinos debido a los cuestionamientos israelíes y del lobby judío en Estados Unidos.

La gestión de Obama ha tenido poco éxito en influenciar al Estado de Israel, siendo que su política de colonización continuó como desafío directo a la administración estadounidense, y como indicaba Galli (2013, p. 15) “la propia historia de la relación americano-israelí ha sido más pesada que las buenas intenciones iniciales de la administración de Obama. Si bien hubo atisbos de cambios en la alianza, la continuidad ha primado”.

La parcialidad hacia Israel continuó siendo un rasgo de la política exterior estadounidense. En el caso de la presidencia de Obama, se evidencia un cambio significativo hacia un paradigma más diplomático y colaborativo, discernible de la política de su antecesor, George W. Bush. No obstante, este nuevo enfoque se vio sometido a situaciones inesperadas, tales como los levantamientos conocidos como la Primavera Árabe, las cuales pusieron a prueba la resiliencia de su compromiso pacifista, pero a pesar de las declaraciones al principio de la primer presidencia haciendo referencia a la necesidad de satisfacer las demandas palestinas, los dos gobiernos de Obama fueron pro israelíes como lo señalaba Rodríguez Blanco (2018, p. 223):

> Obama llegó a la Casa Blanca con una fuerte apuesta por lograr la paz. Pese a declarar abiertamente la especial relación entre Israel y Estados Unidos, el 44º presidente estadounidense colocó a los palestinos, al menos en sus discursos, en el centro de la negociación: "EE UU no dará la espalda a la legítima aspiración palestina a su dignidad, sus oportunidades y un Estado propio", llegó a afirmar. Sin embargo, sus declaraciones públicas difirieron radicalmente de sus movimientos políticos sobre el terreno. Sus propuestas para una solución negociada nunca llegaron a satisfacer a los palestinos, pues en ninguno de sus dos mandatos se llegó a incluir el asunto sobre el estatus de Jerusalén Este, que Palestina reclama como capital. Mientras que por un lado sus altos funcionarios –incluida la ex secretaria de Estado Hillary Clinton- exigían públicamente que Israel congelara la construcción de asentamientos, por otro, la propuesta de paz de EE UU liderada por el ex secretario de Estado John Kerry contemplaba que entre el 75% y el 80% del territorio ocupado en Cisjordania por los colonos israelíes se anexionaría a Israel, lo que en la práctica negaba la continuidad de un Estado palestino.
>
> En la arena internacional, la Administración Obama contribuyó a perpetuar la impunidad de Israel, no logró levantar –y ni si quiera aliviar- el bloqueo sobre Gaza y concedió al Estado judío una ayuda económica militar sin precedentes para mantener su ventaja cualitativa sobre la región, llegando a dotar al Estado judío de tecnología de última generación –como los aviones de combate F-35, considerados los más avanzados del mundo, y sofisticadas bombas antibúnquer- (Rodríguez Blanco, 2018, p. 223).

BIBLIOGRAFÍA

Aguirre, M. (2015). Mediación imposible en el conflicto palestino-israelí, *Afkar Ideas Revista trimestral para el diálogo entre el Magreb, España y Europa*, Universidad de La Rioja, Logroño, n° 44 (invierno 2014-2015), pp. 20-22. Recuperado de https://www.iemed.org/wp-content/uploads/2021/07/La-mediacion-imposible-de-Estados-Unidos.pdf

Bermúdez Vázquez, M, Ramos Rovi, M. Sánchez Cotta, A. (2020). Poder, autoridad y persuasión. Un análisis crítico histórico del discurso político de Barack Obama. Pensamiento al margen. *Revista Digital de Ideas Políticas*, número 12, pp. 210-241. Recuperado de https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/100427/1/13_PaM_Nacionalismos_BERMUDEZ_RAMOS_SANCHEZ.pdf

Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. (1967). Resolución 242. Recuperado de https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SCRes242%281967%29%28esp%29.pdf

Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. (2016). Resolución 2334. Recuperado de https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n16/463/94/pdf/n1646394.pdf?token=h2BrXG41BJ4d9Oyiqp&fe=true

Del Pópolo, M. (2019). Doctrina Trump: ¿qué hay de nuevo en la estrategia y la política exterior estadounidense?, en, *Huellas de Estados Unidos. Estudios, perspectivas y debates desde América Latina*, Buenos Aires, n° 17, pp. 64-89. Recuperado de http://www.huellasdeeua.com/ediciones/edicion17/N17_FullVersion_September2019_Updated.pdf

Galli, A. (2013). Estados Unidos y el Medio Oriente durante la presidencia de Obama, en, *Estudios Internacionales*, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, n° 45, pp. 1-17. Recuperado de https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/761/659

Morillo Llovo, J. (2017). Israel y Trump: a la espera del actor ambivalente, en Documento de Opinión, Madrid, Instituto Español de Estudios Estratégicos, pp. 481-493. Recuperado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6130227

Obama, B. (2009). Discurso pronunciado por el Presidente Barack Obama Un Nuevo Comienzo. *Estudios Internacionales,* 163, Santiago de Chile, Universidad de Chile, pp. 109-125. Recuperado de https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/13757/14036

Rodríguez Blanco, P. (2018). La política de los presidentes Obama y Trump con Israel. *UNISCI / UNISCI Journal*, Nº 48 (Octubre/October), Madrid, pp. 209-228. Recuperado de https://www.unisci.es/wp-content/uploads/2018/12/UNISCIDP48-7PATRICIA.pdf

Rullanski, I. (2017). El conflicto palestino-israelí y el Medio Oriente en la era Trump: continuidades y rupturas, identidades y alteridades en la seguridad internacional, en, Anuario en Relaciones Internacionales, La Plata, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, Instituto de Relaciones Internacionales, pp. 1-15. Recuperado de https://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2017/09/A2017demoArtRullansky.pdf

Rupérez, J. (2013). La política exterior de los Estados Unidos bajo Barack Obama: análisis y prospección, en, (Ministerio de Defensa), Panorama Estratégico 2013, Madrid, Instituto Español de Estudios Estratégicos, pp. 39-73. Recuperado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4184251

Saba, J. (2010). Influencia del grupo de presión pro israelí en la política exterior de EEUU respecto a la creación del Estado Palestino entre los años 2000 y 2010. Córdoba, Grupo de Estudios Internacionales Contemporáneos, pp. 1-15. Recuperado de https://geic.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/09/influencia-del-grupo-de-presion-pro-israeli-en-la-politica-exterior-de-eeuu.pdf

Seal of the President of the United States. (2010). National Security Strategy. Washington. Recuperado de https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf

Seal of the President of the United States. (2015). National Security Strategy. Washington. Recuperado de https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf

SOBRE LOS AUTORES

María Guisande es Licenciada en Relaciones Internacionales. Diplomada Universitaria en Política y Gestión de la Cooperación Internacional Universitaria.

Javier Luchetti es Profesor y Licenciado en Historia. Profesor de Geografía. Magister en Relaciones Internacionales.

Catalina Poliero es Licenciada en Relaciones Internacionales. Diplomada Universitaria en Despacho Aduanero, Logística y Operatoria Internacional.

Clara Vázquez es Licenciada en Relaciones Internacionales. Sus áreas de interés se centran en conflictos internacionales, la política exterior y la geopolítica de Oriente Medio, con especial atención al conflicto palestino-israelí.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acuerdos de Abraham 57, 59, 60, 61, 77, 78
Argentina 1, 2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 32, 42, 57, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 107, 109

B

Barack Obama 42, 43, 44, 45, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 63

C

Capitalismo 3, 29, 32, 35, 36, 37, 38, 40
CELAC 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109
Conflicto palestino-israelí 42, 44, 51, 54, 55, 56, 58, 65, 110
Cooperación 15, 21, 24, 30, 39, 45, 46, 48, 49, 53, 59, 60, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 95, 98, 99, 101, 105, 106, 107
Cuba 1, 2, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 104, 107, 108

D

Defensa 19, 23, 33, 53, 56, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 104, 107
Desarrollismo 1, 7, 9, 20
Diplomacia 11, 20, 42, 45, 46, 53, 60, 61, 72, 73, 74, 95, 109

E

Economía Política Internacional 21, 24, 31
Empresas Transnacionales 21, 22, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37
Estado-Nación 21, 22

F

Frondizi 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20

G

Globalización 25, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 79, 80, 81, 93
Guerra Fría 1, 2, 3, 8, 10, 12, 16, 20, 23, 47

I

Inestabilidad institucional 1, 2, 3, 5
Integración 10, 20, 23, 26, 37, 38, 40, 48, 59, 66, 79, 80, 81, 89, 93, 96, 100, 101, 106
Inversión Extranjera Directa 12, 21, 26, 27, 28, 40, 81
Israel 29, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77

M

Malvinas 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109
Multilateralismo 17, 79, 81, 98, 101, 104, 105, 106, 107

P

Palestina 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77
Política exterior 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 27, 30, 36, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 74, 75, 77, 83, 93

S

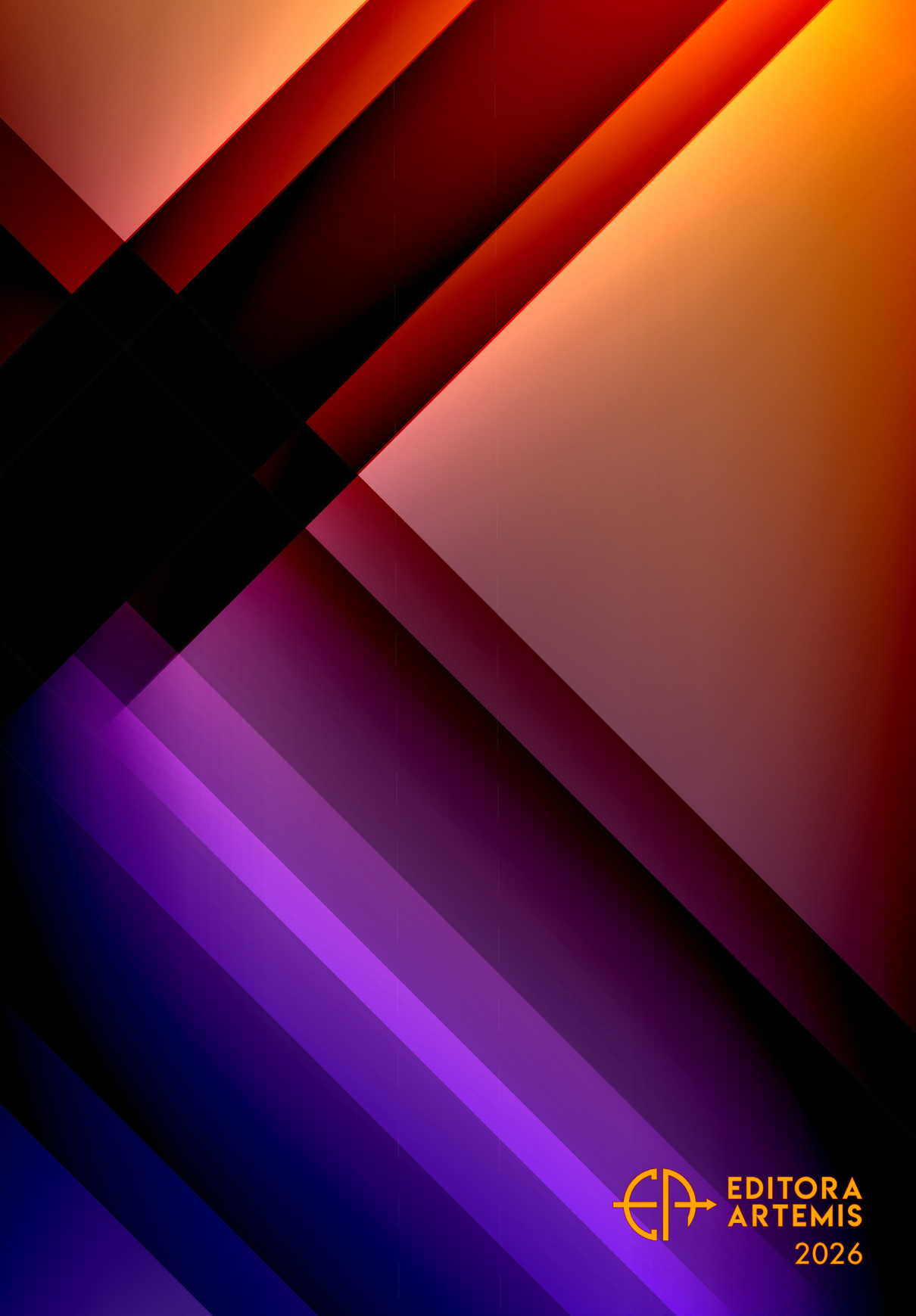
Sistema Internacional 21, 26, 32, 34, 35, 41, 98

T

Trump 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77

U

Ucrania 95, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107
Unión Europea 73, 76, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 107, 108, 109


EDITORA
ARTEMIS
2026